

PORTARIA SF Nº 126, DE 30.08.2018

- Publicada no DOE de 31.8.2018;
- Alterada pelas Portarias SF nºs: [074/2019](#), [147/2019](#), [161/2019](#), [047/2020](#), [075/2020](#), [071/2021](#), [181/2021](#), [071/2022](#), [026/2024](#), [087/2024](#), [036/2025](#) e [085/2025](#).
- Vide [texto original](#).

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, considerando a adoção da Escrituração Fiscal Digital - EFD - ICMS/IPI do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, conforme o disposto no Título V-A do Livro II da Parte Geral do Decreto nº 44.650, de 30.6.2017, e considerando a necessidade de disciplinar o enquadramento dos contribuintes obrigados à utilização do mencionado Sistema, além de estabelecer procedimentos específicos, **RESOLVE**:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas, nos termos desta Portaria, normas adicionais para elaboração da Escrituração Fiscal Digital - EFD - ICMS/ IPI do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, relativamente ao contribuinte do ICMS ou do ISS, inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco - Cacepe sob o regime normal de apuração, nos termos do § 1º do artigo 269-E do Decreto nº 44.650, de 30.6.2017, em complemento às especificações técnicas do Manual de Orientação do Leiaute da EFD - ICMS/IPI, instituído nos termos do Anexo Único do Ato Cotepe/ICMS 44/2018, às orientações do Guia Prático da EFD - ICMS/IPI, publicado no Portal Nacional do SPED, e às demais disposições contidas na legislação tributária estadual. (Port. SF 074/2019 – Efeitos a partir de 01.01.2019)

Redação anterior, efeitos até 31.12.2018:

~~**Art. 1º** Ficam estabelecidas, nos termos desta Portaria, normas adicionais para elaboração da Escrituração Fiscal Digital - EFD - ICMS/ IPI do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, relativamente ao contribuinte do ICMS ou do ISS, inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco - Cacepe sob o regime normal de apuração, nos termos do § 1º do artigo 269-E do Decreto nº 44.650, de 30.6.2017, em complemento às especificações técnicas do Manual de Orientação do Leiaute da EFD - ICMS/IPI, instituído nos termos do Anexo Único do Ato Cotepe/ICMS 09/2008, às orientações do Guia Prático da EFD - ICMS/IPI, publicado no Portal Nacional do SPED, e às demais disposições contidas na legislação tributária estadual.~~

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, são objeto de disciplinamento nesta Portaria, entre outros, a definição quanto a:

- I - especificações técnicas complementares para geração do arquivo;
- II - termos e prazos para sua transmissão;
- III - hipóteses de dispensa da geração e entrega do arquivo da EFD - ICMS/IPI; e

IV - cronograma de início da exigência da EFD - ICMS/IPI e cessação da exigência de utilização do Sistema de Escrituração Contábil e Fiscal - SEF e do Sistema Emissor de Documentos Fiscais – eDoc.

CAPÍTULO II DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES

Art. 2º Relativamente à elaboração do arquivo digital da EFD - ICMS/IPI, o registro em documento ou livro contido no respectivo arquivo deve observar as normas gerais de escrituração fiscal e contábil, as especificações técnicas do Manual de Orientação do Leiaute da EFD - ICMS/IPI, as orientações do Guia Prático da EFD - ICMS/IPI, e ainda as seguintes disposições complementares:

I - fica dispensada a informação relativa ao conteúdo dos seguintes registros do leiaute da EFD - ICMS/IPI, salvo se a Receita Federal do Brasil - RFB dispuser de forma contrária, por meio de ato normativo específico: (Port. SF 087/2024 - efeitos a partir de 1º.07.2024)

a) relacionados no Anexo 1 desta Portaria; e (Port. SF 087/2024 - efeitos a partir de 1º.07.2024)

b) registro 1601, por estabelecimento inscrito no Cacepe com o código da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 3514-0/00; (Port. SF 087/2024 - efeitos a partir de 1º.07.2024)

Redação anterior, efeitos até 30.06.2024:

~~I - fica dispensada a informação relativa ao conteúdo dos registros do leiaute da EFD - ICMS/IPI relacionados no Anexo 1 desta Portaria, salvo se a Receita Federal do Brasil - RFB dispuser de forma contrária, por meio de ato normativo específico;~~

II - o perfil "B" é obrigatório para todos os contribuintes, com exceção das empresas dos segmentos de energia elétrica, comunicação e telecomunicação, submetidas às disposições do Convênio ICMS 115/2003, que devem apresentar o arquivo da EFD - ICMS/IPI sob o perfil "A";

III - os lançamentos:

a) devem ser individualizados, ressalvados aqueles concernentes às atividades econômicas que envolvam fornecimento ou prestação contínua de mercadoria ou serviço, que devem ser consolidados conforme estabelece o Manual de Orientação do Leiaute da EFD - ICMS/IPI; e

b) relativos a ajustes de períodos fiscais anteriores devem ser realizados na escrituração fiscal do período corrente, exceto nas situações previstas no art. 6º, em que o ajuste deve ser realizado mediante a substituição do arquivo anteriormente entregue;

c) relativos à Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica - NF3e, modelo 66, podem ser feitos de forma consolidada, conforme dispuser o Guia Prático da EFD - ICMS/IPI; (Port. SF 087/2024 - efeitos a partir de 1º.07.2024)

IV - a omissão ou incorreção, em documento fiscal, da discriminação do código ou natureza da operação ou prestação, deve ser sanada com a correta indicação no lançamento do livro correspondente;

V - a incorreção, em documento fiscal do número de inscrição no Cacepe, CNPJ ou CPF, deve ser sanada com a correta indicação do número no campo correspondente do documento fiscal, fazendo menção à referida incorreção no campo "Observação" ou no registro relativo a informações complementares do documento fiscal, por meio da inclusão da seguinte expressão: "inscrição estadual/CNPJ/CPF incorreto no documento fiscal: (indicar o número incorreto)";

VI - no caso de contribuinte beneficiário do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - Prodepe, nos termos da Lei nº 11.675, de 11.10.1999, ou do crédito presumido previsto na sistemática especial de tributação para operações realizadas por estabelecimento comercial atacadista, de que trata a Lei nº 14.721, de 4.7.2012, devem ser informados adicionalmente os registros C170 ("Complemento de Documento - Itens do Documento") e C177 ("Complemento de Item - Outras Informações"), no lançamento de documentos fiscais de entrada e de saída, de emissão própria ou de terceiros; e (Port 181/2021 - efeitos a partir de 1º.1.2022)

Redação anterior, efeitos até 31.12.2021:

~~VI - no caso de contribuinte beneficiário do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - Prodepe, nos termos da Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, devem ser informados adicionalmente os registros C170 ("Complemento de Documento - Itens do Documento") e C177 ("Complemento de Item - Outras Informações"), tanto no lançamento de documentos fiscais de entrada, de emissão de terceiros, quanto nos documentos fiscais de entrada e saída, de emissão própria; e~~

VII - devem ser utilizados os códigos previstos nas tabelas constantes do Anexo 2 desta Portaria para preenchimento dos campos e tabelas a seguir, estas últimas previstas nos subitens respectivamente indicados do leiaute da EFD - ICMS/IPI: (Port SF 147/2019 - efeitos a partir de 1º.8.2019)

Redação anterior, efeitos até 31.07.2019:

~~VII - relativamente ao preenchimento das tabelas e do campo a seguir, previstos nos subitens respectivamente indicados do leiaute da EFD - ICMS/IPI, devem ser utilizados os códigos previstos nas tabelas constantes do Anexo 2 desta Portaria;~~

- a) subitem 4.7.1 - tabela de indicadores de subapuração por tipo de benefício;
- b) subitem 5.1.1 - tabela de códigos de ajustes da apuração do ICMS;
- c) subitem 5.5 - tabela de tipos de utilização dos créditos fiscais - ICMS;
- d) subitem 5.6 - tabela de informações adicionais dos itens do documento fiscal; e
- e) campo COD_REC do registro E116: obrigações do ICMS recolhido ou a recolher - operações próprias.
- f) campo COD_ITEM_IPM do registro 1400: informações sobre valores agregados. (Port SF 147/2019 - efeitos a partir de 1º.8.2019)

Art. 3º O arquivo digital gerado pelo contribuinte deve conter a totalidade das informações econômico-fiscais e contábeis correspondentes ao período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, considera-se totalidade das informações:

I - as relativas às entradas e saídas de mercadorias, bem como aos serviços prestados e tomados, incluindo a descrição dos itens de mercadorias, produtos e serviços;

II - as relativas à quantidade, descrição e valores de mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem, produtos manufaturados e produtos em fabricação em posse ou pertencentes ao estabelecimento do contribuinte declarante ou fora do estabelecimento e em poder de terceiros, e de terceiros em poder do informante;

III - as relativas a produtos em processo de produção e produtos acabados e respectivos consumos de insumos, tanto no estabelecimento do contribuinte quanto em estabelecimento de terceiro, bem como o estoque escriturado; e

IV - qualquer informação que repercuta no inventário físico e contábil, na apuração, no pagamento ou na cobrança de tributos de competência estadual ou federal ou outras de interesse das administrações tributárias.

Art. 4º O arquivo da EFD - ICMS/IPI deve ser assinado pelo contribuinte ou por seu representante legal, por meio de certificado digital, do tipo A1 ou A3, emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

CAPÍTULO III DOS TERMOS E PRAZOS PARA TRANSMISSÃO DO ARQUIVO

Art. 5º O contribuinte deve transmitir o arquivo da EFD - ICMS/IPI, por estabelecimento, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao período fiscal a que se referir, ou conforme os prazos específicos previstos no § 4º e no Anexo 5, obedecida a ordem cronológica dos períodos fiscais escriturados, ainda que não tenham sido realizadas operações ou prestações nesse período. (Port SF 071/2021)

Redação anterior, efeitos até 06.05.2021:

~~**Art. 5º** O contribuinte deve transmitir o arquivo da EFD - ICMS/IPI, por estabelecimento, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao período fiscal a que se referir, ou conforme os prazos específicos previstos no Anexo 5, obedecida a ordem cronológica dos períodos fiscais escriturados, ainda que não tenham sido realizadas operações ou prestações nesse período. (Port. SF 075/2020)~~

Redação anterior, efeitos até 17.04.2020:

~~**Art. 5º** O contribuinte deve transmitir o arquivo da EFD - ICMS/IPI, por estabelecimento, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao período fiscal~~

~~a que se referir, obedecida a ordem cronológica dos períodos fiscais escriturados, ainda que não tenham sido realizadas operações ou prestações nesse período.~~

§ 1º Quando o termo final para a transmissão do arquivo da EFD - ICMS/IPI ocorrer em dia não útil, fica prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

§ 2º A entrega ou, conforme a hipótese, a substituição do arquivo da EFD - ICMS/IPI, fora dos prazos estabelecidos neste artigo ou no Anexo 5 resulta em aplicação de penalidade, nos termos da legislação tributária. (Port SF 071/2021)

Redação anterior, efeitos até 06.05.2021:

~~§ 2º A entrega ou substituição do arquivo da EFD - ICMS/IPI fora do prazo previsto no caput resulta em aplicação de penalidade, nos termos da legislação tributária.~~

§ 3º Na hipótese de impossibilidade de transmissão do arquivo da EFD - ICMS/IPI, motivada por problemas técnicos de responsabilidade da Sefaz, o contribuinte ou seu representante legal deve preencher o formulário de justificativa de não entrega, disponível na Agência da Receita Estadual - ARE Virtual, na Internet, obedecidos os mesmos prazo e regras previstos na Portaria SF nº 051, de 20.2.2004, que dispõe sobre os procedimentos para apresentação de justificativa pela não entrega do arquivo digital relativo ao SEF e a outros documentos.

§ 4º Na hipótese de opção pelo regime do Simples Nacional, o prazo para a retificação do arquivo da EFD - ICMS/IPI do período fiscal de dezembro do ano anterior, transmitido sem as informações do Registro de Inventário - RI, é até 15 de março do ano corrente. (Port SF 071/2021)

Art. 6º O contribuinte pode substituir o arquivo da EFD - ICMS/IPI:

I - até o prazo de que trata o art. 5º, independentemente de autorização da Sefaz;

II - até o último dia do terceiro mês subsequente ao período fiscal a que se referir, independentemente de autorização da Sefaz, observado o disposto no § 2º; e

III - após o prazo de que trata o inciso II, mediante autorização da Sefaz, nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro de fato no preenchimento da escrituração, quando evidenciada a impossibilidade ou a inconveniência de sanear-la por meio de lançamento corretivo na escrituração do período fiscal corrente, observado o disposto no § 3º.

§ 1º O disposto nos incisos II e III do caput não caracteriza dilação do prazo de entrega de que trata o art. 5º.

§ 2º Não produz efeitos a substituição de arquivo da EFD - ICMS/IPI:

I - de período de apuração que esteja sob ação fiscal, exceto se expressamente exigida;

II - que componha o conjunto probante de lançamento de ofício decorrente de procedimento administrativo específico ou de período expressamente homologado, exceto quando exigida por determinação da autoridade fiscal, em razão de procedimento de revisão; ou

III - transmitida em desacordo com as disposições previstas na legislação.

§ 3º A autorização para que o contribuinte proceda à substituição do arquivo, na hipótese prevista no inciso III do caput, deve ser precedida de solicitação encaminhada por meio do sistema informatizado da Sefaz, no endereço eletrônico www.sefaz.pe.gov.br.

Art. 7º Aplicam-se à entrega do arquivo da EFD - ICMS/IPI, bem como à sua substituição, as demais disposições previstas no Capítulo IV do Ajuste Sinief 02/2009 naquilo que não for incompatível com o disposto nesta Portaria.

CAPÍTULO IV DA DISPENSA DA EFD - ICMS/IPI

Art. 8º Está dispensado da geração e entrega do arquivo da EFD - ICMS/IPI o contribuinte relacionado em hipótese prevista no Anexo 3 desta Portaria.

§ 1º O contribuinte dispensado pode optar pela adoção da EFD - ICMS/IPI mediante solicitação dirigida à Sefaz.

§ 2º No caso de deferimento da solicitação de que trata o § 1º, a obrigação:

I - é irretratável, adotando-se o perfil do arquivo digital estabelecido nos termos do inciso II do art. 2º; e

II - deve abranger todos os estabelecimentos do contribuinte situados no território do Estado, a partir do período fiscal de referência solicitado.

CAPÍTULO V

DO CRONOGRAMA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA DA EFD - ICMS/IPI E CESSAÇÃO DA EXIGÊNCIA DO SEF E DO eDOC

Art. 9º O início da exigência de escrituração de livros fiscais eletrônicos por meio da EFD - ICMS/IPI deve obedecer ao cronograma previsto no Anexo 4 desta Portaria.

Art. 10. A partir dos períodos fiscais indicados no Anexo 4, o contribuinte obrigado à EFD - ICMS/IPI deve observar também o seguinte:

I - fica dispensada a entrega dos arquivos do SEF e do eDoc, previstos no Decreto nº 34.562, de 8.2.2010;

II - a efetiva entrega do arquivo da EFD - ICMS/IPI dispensa a obrigação prevista no Convênio ICMS 57/1995 de encaminhar os arquivos relativos às operações interestaduais com mercadorias à respectiva Unidade da Federação; e

III - relativamente ao arquivo SEF e eDoc referentes aos períodos fiscais anteriores ao início da obrigatoriedade da escrituração por meio da EFD - ICMS/IPI, permanecem vigentes os dispositivos constantes da Portaria SF nº 190, de 30.11.2011, não sendo a eles aplicadas as novas disposições introduzidas por esta Portaria.

Art. 11. As disposições estabelecidas nesta Portaria devem ser aplicadas sem prejuízo das obrigações instituídas pela RFB.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
Secretário da Fazenda

ANEXO 1

REGISTROS COM CONTEÚDO DA INFORMAÇÃO DISPENSADO NO ARQUIVO DA EFD - ICMS/IPI

(art. 2º, I)

Bloco	Especificação dos registros cujo conteúdo da informação está dispensado no arquivo da EFD - ICMS/IPI
C	C115, C116, C140, C141, C160, C165, C172, C174, C350, C370, C380, C390, C460, C465, C470, C480, C495, C591, C800, C810, C815, C850, C860, C870, C880 e C890 (Port. SF 047/2020 - efeitos a partir de 1º.1.2020)
Redação anterior, efeitos até 31.12.2019	
C	C115, C116, C140, C141, C160, C165, C172, C174, C350, C370, C390, C460, C465, C470, C495, C800, C850, C860 e C890
K	Todos
1	1100, 1105, 1110, 1390, 1700, 1710, 1800, 1900, 1910, 1920, 1921, 1922, 1923, 1925 e 1926

ANEXO 2

DAS INFORMAÇÕES DE REFERÊNCIA

(art. 2º, VII)

Disponível no endereço www.sefaz.pe.gov.br, na internet

ANEXO 3

CONTRIBUINTES DISPENSADOS DA ENTREGA DA EFD - ICMS/IPI

(art. 8º)

Item	Descrição																																																														
1	Contribuinte inscrito no Cacepe com atividade econômica classificada em um dos seguintes códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, desde que não desenvolva outras atividades econômicas sujeitas ao ICMS:																																																														
	<table><tr><th colspan="2">CNAE</th></tr><tr><th>NÚMERO</th><th>DESCRIÇÃO</th></tr><tr><td>3811-4/00</td><td>Coleta de resíduos não perigosos</td></tr><tr><td>4120-4/00</td><td>Construção de edifícios</td></tr><tr><td>4211-1/02</td><td>Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos</td></tr><tr><td>4212-0/00</td><td>Construção de obras de arte especiais</td></tr><tr><td>4213-8/00</td><td>Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas</td></tr><tr><td>4221-9/01</td><td>Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica</td></tr><tr><td>4221-9/02</td><td>Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica</td></tr><tr><td>4221-9/03</td><td>Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica</td></tr><tr><td>4221-9/04</td><td>Construção de estações e redes de telecomunicações</td></tr><tr><td>4221-9/05</td><td>Manutenção de estações e redes de telecomunicações</td></tr><tr><td>4222-7/01</td><td>Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação</td></tr><tr><td>4222-7/02</td><td>Obras de irrigação</td></tr><tr><td>4223-5/00</td><td>Construção de redes de transporte por dutos, exceto para água e esgoto</td></tr><tr><td>4291-0/00</td><td>Obras portuárias, marítimas e fluviais</td></tr><tr><td>4292-8/01</td><td>Montagem de estruturas metálicas</td></tr><tr><td>4299-5/01</td><td>Construção de instalações esportivas e recreativas</td></tr><tr><td>4311-8/01</td><td>Demolição de edifícios e outras estruturas</td></tr><tr><td>4311-8/02</td><td>Preparação de canteiro e limpeza de terreno</td></tr><tr><td>4312-6/00</td><td>Perfurações e sondagens</td></tr><tr><td>4313-4/00</td><td>Obras de terraplenagem</td></tr><tr><td>4319-3/00</td><td>Serviços de preparação do terreno não especificados nos códigos antecedentes</td></tr><tr><td>4321-5/00</td><td>Instalação e manutenção elétrica</td></tr><tr><td>4322-3/01</td><td>Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás</td></tr><tr><td>4322-3/02</td><td>Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e de refrigeração</td></tr><tr><td>4322-3/03</td><td>Instalações de sistema de prevenção contra incêndio</td></tr><tr><td>4329-1/01</td><td>Instalação de painéis publicitários</td></tr><tr><td>4329-1/02</td><td>Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre</td></tr><tr><td>4329-1/03</td><td>Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes</td></tr><tr><td>4329-1/04</td><td>Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e</td></tr></table>	CNAE		NÚMERO	DESCRIÇÃO	3811-4/00	Coleta de resíduos não perigosos	4120-4/00	Construção de edifícios	4211-1/02	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	4212-0/00	Construção de obras de arte especiais	4213-8/00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	4221-9/01	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	4221-9/02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	4221-9/03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	4221-9/04	Construção de estações e redes de telecomunicações	4221-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	4222-7/01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	4222-7/02	Obras de irrigação	4223-5/00	Construção de redes de transporte por dutos, exceto para água e esgoto	4291-0/00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	4292-8/01	Montagem de estruturas metálicas	4299-5/01	Construção de instalações esportivas e recreativas	4311-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas	4311-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	4312-6/00	Perfurações e sondagens	4313-4/00	Obras de terraplenagem	4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados nos códigos antecedentes	4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica	4322-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	4322-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e de refrigeração	4322-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	4329-1/01	Instalação de painéis publicitários	4329-1/02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre	4329-1/03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes	4329-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e
CNAE																																																															
NÚMERO	DESCRIÇÃO																																																														
3811-4/00	Coleta de resíduos não perigosos																																																														
4120-4/00	Construção de edifícios																																																														
4211-1/02	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos																																																														
4212-0/00	Construção de obras de arte especiais																																																														
4213-8/00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas																																																														
4221-9/01	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica																																																														
4221-9/02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica																																																														
4221-9/03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica																																																														
4221-9/04	Construção de estações e redes de telecomunicações																																																														
4221-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações																																																														
4222-7/01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação																																																														
4222-7/02	Obras de irrigação																																																														
4223-5/00	Construção de redes de transporte por dutos, exceto para água e esgoto																																																														
4291-0/00	Obras portuárias, marítimas e fluviais																																																														
4292-8/01	Montagem de estruturas metálicas																																																														
4299-5/01	Construção de instalações esportivas e recreativas																																																														
4311-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas																																																														
4311-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno																																																														
4312-6/00	Perfurações e sondagens																																																														
4313-4/00	Obras de terraplenagem																																																														
4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados nos códigos antecedentes																																																														
4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica																																																														
4322-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás																																																														
4322-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e de refrigeração																																																														
4322-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio																																																														
4329-1/01	Instalação de painéis publicitários																																																														
4329-1/02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre																																																														
4329-1/03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes																																																														
4329-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e																																																														

	aeroportos
4329-1/05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração
4329-1/99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente
4330-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil
4330-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque
4330-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral
4330-4/05	Aplicação de revestimento e de resina em interiores e exteriores
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construção
4391-6/00	Obras de fundações
4399-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
4399-1/03	Obras de alvenaria
4399-1/05	Perfuração e construção de poços de água
4399-1/99	Serviços especializados para construção não especificados nos códigos antecedentes
8112-5/00	Condomínios prediais
8640-2/12	Serviços de hemoterapia
9101-5/00	Atividades de bibliotecas e arquivos
9411-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais
9420-1/00	Atividades de organizações sindicais
9430-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais
9491-0/00	Atividades de organizações religiosas ou filosóficas
9492-8/00	Atividades de organizações políticas
9493-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
9499-5/00	Atividades associativas não especificadas nos códigos antecedentes
9603-3/04	Serviços de funerárias
2	Revendedor autônomo de artigo de perfumaria, higiene pessoal ou cosmético, identificado no sistema corporativo e-Fisco sob o código 108
3	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac
4	Produtor sem organização administrativa
5	Prestador de serviço de comunicação não medido que desenvolva suas atividades nos termos do artigo 96 do Decreto nº 44.650, de 2017
6	Farmácia integrante do Programa Farmácia Popular do Brasil, instituído pela Lei Federal nº 10.858, de 13.4.2004, que comercialize exclusivamente os produtos mencionados no artigo 69 do Anexo 7 do Decreto nº 44.650, de 2017
7	Organização não governamental Amigos do Bem - Instituição Nacional Contra a Fome e a Miséria no Sertão Nordestino, desde que não pratique atividade sujeita ao ICMS diversa daquelas mencionadas no artigo 64 do Anexo 7 do Decreto nº 44.650, de 2017

ANEXO 4

CRONOGRAMA DE INÍCIO DA EXIGÊNCIA DA ESCRITURAÇÃO DOS LIVROS FISCAIS ELETRÔNICOS POR MEIO DA EFD - ICMS/IPI

(art. 9º)

Contribuintes	Período Fiscal de Início
Contribuintes beneficiários do Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco – Proind, desde que não sejam simultaneamente beneficiários dos incentivos de Estímulo à Atividade Portuária ou Central de Distribuição do Prodepe, previstos nos capítulos III e IV da Lei nº 11.675, de 1999. (Port. SF 161/2019)	Setembro/2018
Demais contribuintes (Port. SF 161/2019)	Janeiro/2020

Redação anterior, efeitos até 22.08.19:

Contribuintes	Período Fiscal de Início
Contribuintes beneficiários do Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco – Proind, desde que não sejam simultaneamente beneficiários dos incentivos de Estímulo à Atividade Portuária ou Central de Distribuição do Prodepe, previstos nos capítulos III e IV da Lei nº 11.675, de 1999.	Setembro/2018
Demais contribuintes, que sejam também contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	Agosto/2019
Demais casos	Outubro/2019

ANEXO 5

PRAZOS ESPECÍFICOS PARA TRANSMISSÃO DO ARQUIVO DA EFD - ICMS/IPI

(Port. SF 075/2020)

(art. 5º)

Período Fiscal de Referência	Prazo Específico para Transmissão	Observações
02/2020	15/05/2020	Este prazo se aplica apenas ao caso de retificação de arquivo já transmitido
12/2020	15/05/2021	Este prazo se aplica apenas ao caso de retificação de arquivo já transmitido, por contribuinte que tenha realizado a opção para o Simples Nacional a partir de janeiro de 2021, com objetivo de inclusão do Registro de Inventário. (Port. SF 071/2021)
01/2024	20/02/2024	Ampliação de prazo em função do feriado de Carnaval do ano de 2024. (Port. SF 026/2024)
02/2025	20/03/2025	Ampliação do prazo em função do feriado de Carnaval do ano de 2025 (Port. SF 036/2025)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado.